

Apresentação do Dossiê

Inclusão e condição humana

O presente dossiê buscou apresentar e discutir o tema da educação inclusiva, de maneira abrangente e multidimensional, a partir de abordagens inter e transdisciplinares.

Por uma questão de representatividade, cuidamos para que a organização privilegiasse a produção intelectual de autores e autoras de diferentes regiões do Brasil. Apresentamos reflexões de pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, das regiões norte, centro-oeste, nordeste, sudeste e sul do Brasil. Percebemos que a problemática que aqui se coloca é bastante similar tanto na dinâmica local, quanto global de nosso país.

Em relação à diversidade temática, os textos aqui abordam deficiências, em geral, considerando a urgência de estabelecer e colocar em prática políticas públicas de inclusão, seja na escola, seja na sociedade. As pesquisas que apresentamos ao leitor, em grande medida se preocuparam com a formação de professores e de professoras, além de discutirem práticas educacionais inclusivas e, problematizações epistemológicas que inserem e destacam a pessoa com deficiência na sociedade brasileira.

Oferecemos ainda ao leitor, artigos que apontam e refletem sobre a complexidade da condição humana em suas múltiplas dimensões. A inclusão social-escolar é abordada, também, por vieses e matizes diferenciados - tanto teórico, quanto metodologicamente - com vistas a refletir sobre o tema da educação inclusiva, a partir da complexidade que compõem a tríade sociedade – indivíduo – espécie.

A inclusão, foco principal deste número temático, pode ser vista em sua perspectiva social ou educacional. No caso da segunda, Omote (2021) defende que a inclusão deve ser um princípio das práticas educacionais, e não mero tema. Relacionar de forma inter e

transdisciplinar o reconhecimento de direitos iguais e a construção da cidadania permite práticas e processos, especialmente os relativos à linguagem, que atuarão na desestigmatização das pessoas que fogem a um padrão pré-estabelecido, geralmente, por grupos em posição de poder. A História descreve variados tratamentos recebidos por esses “desviantes” - tratados inclusive como castigo Divino, como bruxaria, etc. Esses tratamentos vão sendo transformados consoante o cenário sócio-histórico em que se ampliam os debates sobre o tema, que descrevem e se desdobram em práticas formativas voltadas a atender às demandas das pessoas com deficiência. Vale ressaltar, como o faz Omote (2021), que outros grupos se encontram em franco processo de desestigmatização, como algumas minorias, atualmente incluídas no rol da diversidade.

Morin (2008) vislumbra a inclusão como modo de pensar e de viver, em consonância com a multidimensionalidade e a complexidade da condição humana, em suas características objetivas e subjetivas, o que pressupõem o exercício da compreensão. O ser humano é complexo, - do latim, *complexus*: o que é tecido junto -; indivíduo e sujeito que, ao mesmo tempo, é produto e produtor de cultura.

Sem as devidas contextualizações sobre o modo como a existência da pessoa com deficiência é engendrada, o risco de analisarmos o seu desenvolvimento e aprendizagem de forma parcial é grande. De mesmo modo, atribuir a essa ou outra metodologia o caráter excludente também pode ser um equívoco, já que metodologias sofisticadas e qualificadas foram praticadas no passado sem que devidamente tivessem logrado êxitos. Métodos e práticas precisam, inicialmente, estarem atrelados às políticas públicas e a uma perspectiva que tenha como princípio ético a inclusão. Debruçar-se sobre uma questão de aprendizagem de um estudante com deficiência demanda também a compreensão de que, em muitos casos, a inclusão total ainda não pode ser alcançada de forma plena, mas sim, tangenciando questões dinâmicas da própria conformação social, cultural e histórica do cenário estudado. Ainda que não seja tão palpável, a inclusão absoluta é necessária para reproblematicar cada mudança na dinâmica social.

Conhecimentos construídos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente na Educação, compõem o quadro de referência para a compreensão dos modos de funcionamento da coletividade, considerando as possibilidades, os desafios e as vulnerabilidades de cidadãos comprometidos com a construção de uma política de civilização planetária.

Na esperança de termos contribuído com a reflexão, desejamos boa leitura!

Referências

MORIN, Edgar. (2008). **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

OMOTE, S. (2021). A construção da inclusão: uma perspectiva histórica. **Revincluso - Revista Inclusão & Sociedade**, 1(1), 17-32. Recuperado de <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/revincluso/article/view/608>

As organizadoras

Profa. Dra. Izabel Cristina Petraglia

Diretora e cofundadora do Centro de Estudos e Pesquisas Edgar Morin, no Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa no CNPq: GEPEC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Complexidade.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6460862782566101>

Profa. Dra. Maria Dolores Fortes Alves

Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa PAII - Práticas de Aprendizagem Integradoras e Inovadoras.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4130544132802418>

Profa. Dra. Cristina Miyuki Hashizume

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: Educação, Saúde e Direitos Humanos. Editora Associada da Revincluso-Revista Inclusão & Sociedade, ISSN 2764-4537, UFABC.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2593620066613335>